CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CONSTRUINDO CONHECIMENTOS PARA PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

ORIENTAÇÕES ÀS/AOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

Francisca
Sueli Farias
Nunes

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CONSTRUINDO CONHECIMENTOS PARA PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Orientações às/aos Profissionais de Apoio Escolar

Francisca Sueli Farias Nunes

CEARÁ EDUCA

Secretaria Executiva do Ensino Médio e da Educação Profissional - Sexec-EMP
Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional - Codin

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana
Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Vice-Governadora

Eliana Nunes Estrela
Secretária de Educação

Márcio Pereira de Brito
Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva do Ensino Médio e Profissional

Oderlânia Leite
Secretária Executiva de Gestão e Rede Escolar

Stella Cavalcante
Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna

Nohemy Rezende Ibanez
Coordenadora da Diversidade e Inclusão Educacional

Maria Marlene Vieira Freitas
Articuladora da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional

Tom Jones da Silva Carneiro
Orientador da Célula de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade

Equipe de Educação Especial
Ana Cristina de Oliveira Rodrigues
Francisco de Assis Sales e Costa Júnior
Helayne Mikaele Silva Lima
Renata Priscyla Conceição Costa

Ficha Técnica

Comissão Organizadora
Ana Cristina de Oliveira Rodrigues
Antônia Alves dos Santos
Maria Marlene Vieira Freitas
Francisco de Assis Sales e Costa Júnior

Revisão
Nohemy Rezende Ibanez
Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Projeto Gráfico, Capa, Diagramação e Arte-Final
Alain Rodrigues Moreira

- Imagens: Freepik, Pexels e Pixabay

Ficha catalográfica

L972d Nunes, Francisca Sueli Farias
Construindo conhecimentos para práticas educacionais inclusivas: orientações às/aos profissionais de apoio escolar [recurso eletrônico] / Francisca Sueli Farias Nunes. – Fortaleza: Seduc, 2022.

ISBN 978-65-89549-26-0 (E-book)
ISBN 978-65-89549-29-1 (Impresso)

1. Profissionais de apoio escolar. 2. Inclusão. 3. Práticas inclusivas. I. Nunes, Francisca Sueli Farias. II. Título.

CDD: 371.1

Sumário

Unidade **01**

Profissionais de Apoio Escolar - **11**

Marcos legais que normatizam o serviço do/a Profissional de Apoio Escolar - **10**

Proposta de atividade - **15**

Unidade **02**

Educação Especial na perspectiva inclusiva - **17**

Desafios da escola na inclusão da/o estudante da Educação Especial: Um caso de ensino - **23**

Proposta de atividade - **25**

Unidade **03**

Desafios da Educação Especial no contexto escolar - **27**

Deficiência intelectual - **30**

- Caraterísticas - **31**
- Algumas manifestações - **31**
- Como interagir - **31**

Transtorno do Espectro Autista - **32**

- Caraterísticas - **32**
- Algumas manifestações - **32**
- Como interagir - **33**

Deficiência Física - **33**

- Caraterísticas - **33**
- Como interagir - **34**

Proposta de atividade - **35**

REFERÊNCIAS - **37**

Apresentação

A garantia do direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência ganha mais espaço a cada dia. São mudanças consideráveis, embora ainda tenhamos muito a avançar.

Educar numa perspectiva inclusiva significa propor ações voltadas a uma ética educativa que crie sentidos, abra novas possibilidades e permita que toda a comunidade escolar possa conectar sua realidade com a realidade do mundo.

No Brasil, o número de estudantes com deficiência em salas de aula comuns ultrapassa um milhão, de acordo com o Censo Escolar 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Por essa razão, é urgente tornar os ambientes escolares cada vez mais inclusivos e a qualificação dessa oferta passa necessariamente pela formação dos professores e dos demais profissionais envolvidos com a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Não é possível construir e propor uma escola inclusiva sem a parceria entre professores da sala de aula comum, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestão escolar e profissionais de apoio educacional (intérprete de Libras e "cuidador"), sem a participação das famílias, sem se investir na acessibilidade.

Para a garantia da inclusão, os profissionais de apoio atuam diretamente na eliminação de barreiras que impedem os educandos de uma inserção na vida escolar com mais qualidade, gerando segurança e condições para que os educandos façam suas atividades por si mesmos. Tais profissionais de apoio devem estar incluídos na rotina escolar, em contato com toda a equipe escolar a fim de garantir uma atuação mais sistemática e de maior qualidade.

É nessa perspectiva de acolhimento, segurança e autonomia que as **Orientações às/aos profissionais de apoio escolar** foram construídas. Resultado de pesquisa e produção criteriosa da professora Francisca Sueli Farias Nunes, a partir de análise da legislação e de leitura de trabalhos acadêmicos recentes. Os profissionais de apoio escolar e os demais interessados têm em mãos uma rica e qualificada referência, indispensável para tornar qualquer espaço escolar mais inclusivo.

Assim, a Secretaria de Educação do estado do Ceará, preocupada em definir e coordenar políticas e diretrizes educacionais comprometidas com o desenvolvimento social inclusivo e a formação cidadã, oferece mais essa contribuição para o fortalecimento da escola como espaço de respeito à diversidade e de inclusão da pessoa com deficiência.

01 PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Basta refletirmos um pouco para logo percebermos as transformações ocorridas no contexto educacional brasileira com o paradigma da Educação Especial na perspectiva inclusiva. No cenário atual, onde o acesso à Educação de qualidade é direito de todos, os recursos e serviços da Educação Especial devem ser disponibilizados pelos sistemas de ensino sempre que for "identificada a necessidade individual de acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção" das/os estudantes (BRASIL, 2013).

Essas transformações fizeram emergir a figura de uma/um profissional que, atualmente, desempenha um papel relevante que visa estimular a autonomia e independência de estudantes com deficiência. Assim, nesta unidade, objetivamos discutirmos a principal atribuição da/o Profissional de Apoio Escolar (PAE).
Vamos iniciar nosso estudo procurando entender "Quem é o/a profissional de apoio escolar"?

Vamos iniciar nosso estudo procurando entender "Quem é o/a profissional de apoio escolar"?

Talvez você ainda não saiba, mas desde o início da década de 1990 a Educação Especial adotou um paradigma inclusivo. Essa modalidade de ensino

que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, buscando atender as necessidades educativas das pessoas com deficiência (BRASIL, 2008, p.10).

Nesse ponto, é importante destacarmos que, no contexto atual, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem "[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015).

Diante desse entendimento, a efetivação do processo de inclusão dessas pessoas no sistema de ensino regular exige da escola um arsenal de recursos e serviços que visam a atender as necessidades educacionais de todas/os as/os estudantes, favorecendo sua aprendizagem e a valorização das diferenças.

Saiba Mais!

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular se constitui um paradigma pautado na concepção de igualdade e diferença como valores indissociáveis, configurando-se em um tema de grande complexidade, que precisa ocorrer nas formações e nos debates de todas/os as/os professoras/es (Mantoan, 2006).

Diante dessa premissa, o primeiro documento que destacamos é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (**LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**), em vigor desde 2016. Essa Lei assegura e promove às pessoas com deficiência, "em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando aà sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015, Art. 1º).

A LBI, objetivando assegurar sistemas educacionais inclusivos e garantir ao máximo o desenvolvimento das aprendizagens da pessoa com deficiência, encarrega o poder público de "[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a oferta de profissionais de apoio escolar" (BRASIL, 2015, Art. 28)".

Outra importante legislação que trata desse serviço de apoio escolar é a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (**LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**). Esse documento assegura às/aos estudantes com esse transtorno matriculados nas classes comuns de ensino regular o direito a acompanhante especializado, quando comprovada a necessidade. (BRASIL, 2012).

Mas, você já parou para refletir sobre quais recursos e serviços a escola deve assegurar para garantir as condições necessárias de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento[1]?

MARCOS LEGAIS QUE NORMATIZAM O SERVIÇO DO/A PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

1. O Código Internacional de Doenças (DID-11) se igualou ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-5), adotando a classificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) (6A02), que substituiu os códigos de Transtornos Globais do Desenvolvimento (F84).

A Nota Técnica 19/2010 – MEC/SEESP/GAB, que trata das/os profissionais de apoio para estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino, assevera que os sistemas de ensino deverão prover profissionais de apoio "[...] para promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção". (BRASIL, 2010, n.p.).

Diante desse contexto, você observou que já existe um arcabouço significativo de marcos legais e normativos que trata do serviço da/o profissional de apoio escolar, considerado fundamental para que a inclusão aconteça de fato. No entanto, apesar do longo caminho percorrido até aqui, a função dessa/e profissional ainda não está regulamentada em nosso país. Estudos realizados por Martins (2011) e Lopes (2018) mostram que diante da falta de regulamentação dessa profissão, este papel vem sendo desempenhado por pessoas de diferentes perfis. Dentre esses perfis podemos destacar: auxiliares de sala, estagiários de pedagogia, pessoas com Ensino Médio completo que acessam a vaga por meio de processo seletivo,

Saiba Mais!

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece para fins de aplicação:

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

professoras/es com ou sem habilitação em Educação Especial, dentre outros.

Mas afinal, quem é a/o Profissional de Apoio Escolar frente à escola inclusiva?

O profissional de apoio escolar é a pessoa que, em parceria com a/o professora/or, presta serviço de apoio às/aos estudantes com transtorno do espectro autista e/ou que apresentam limitações motoras (de caráter permanente ou temporário) que acarretam dificuldades no autocuidado e nas atividades escolares.

Logo, sua presença na escola somente é necessária quando observado o impedimento de uma rotina tranquila e bem aproveitada pelas/os estudantes.

Para atender às/aos estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista, no âmbito da atenção e dos cuidados pessoais de alimentação,

Saiba Mais!

O Art. 3º da Lei 12.764/2012, aponta os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
b) o atendimento multiprofissional;
c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012).

higiene e locomoção, a rede estadual de ensino do Ceará segue as orientações da Nota Técnica nº 19/2010 – MEC/SEESP/GAB, atribuindo às/aos profissionais de apoio escolar:

1. Prestar auxílio individualizado às/aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene e locomoção com independência;
2. Atuar no contexto escolar de forma articulada com as/os professoras/es da/o estudante da Educação Especial, da sala de aula comum, da Sala de Recursos Multifuncionais, entre outros profissionais.
3. Conhecer o histórico dos/as estudantes, buscando informações nos relatórios anteriores;
4. Auxiliar ao(s) estudante(s) em sua locomoção: conduzir a cadeira de rodas, apoiá-lo/a quando caminhar, ainda que tenha dificuldade e/ou colocá-lo/a e acompanhá-lo/a no andador, de acordo com as orientações da família e/ou do professor da Sala Recursos Multifuncionais;
5. Acompanhar o/a(s) estudantes no recreio, incentivando a interação com as/os demais estudantes da escola;
6. Acompanhar e auxiliar o/a(s) estudante(s) durante as aulas de Educação Física, estimulando-o/a(s) a participarem das atividades propostas pela/o professora/or;
7. Cumprir a carga horária de trabalho, permanecendo e participando em sala de aula, mesmo na eventual ausência de estudantes(s) com deficiência;
8. Participar de capacitações na área de educação.

Nesse contexto, acreditamos que a oferta dos serviços de apoio escolar e do trabalho em parceria com outros profissionais da escola (professor da Sala de Recursos Multifuncionais, professor da sala de aula comum, professor de Educação Física, gestor/a, coordenador/a pedagógica) é fundamental para desenvolvimento integral da/o estudante com deficiência e a garantia da efetivação do pleno direito à inclusão no cotidiano escolar regular.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

1. Assista ao vídeo Cuidador escolar: Legislação e Perfil Profissional, do Prof. Wilson Cândido, disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=irHZMxtbe7M.

Elabore um texto, destacando os pontos principais do seu trabalho como profissional de apoio escolar.

DICA DE FILME

Multimídia

Assista ao filme "O Escafandro e a Borboleta", que retrata a história do editor-chefe da revista Elle, Jean-Dominique Bauby, que aos 43 anos de idade tem um derrame devastador que o deixa paralisado e dependente, algo frustrante para um homem conhecido por aproveitar demasiadamente a vida. A única coisa capaz de mover é o olho esquerdo. Então ele aprende a se comunicar piscando e escreve um livro de memórias

02 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O crescente número de estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista matriculados nas escolas regulares vem impulsionando a concretização do princípio constitucional da igualdade e do direito à educação para todos. Frente a esse processo de construção de uma escola inclusiva, com vista à promoção de uma educação de qualidade que visa ao sucesso de todos, emerge o desafio da transformação da organização educacional, das práticas educativas e dos serviços e apoios oferecidos por essa escola até então.

O rompimento com práticas segregacionistas e que excluem as pessoas com deficiência da convivência em sociedade foi destaque na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, ratificada no Brasil pelo Decreto 6.949/2009. Esse documento assevera que as pessoas com deficiência não podem ser excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e ressalta a necessidade de os Estados adotarem medidas apropriadas a adaptações razoáveis e aos apoios necessários e de acordo com a individualidade dos estudantes para assegurar sua educação (BRASIL, 2009).

Vídeo 1: Dicas de convivência com a pessoa com deficiência. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KWzHiZZUc20

Vídeo 2: Conscientização IGA29 – Inclusão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ztqaa-NWYQ8

Nesse contexto, a escola deve adotar todas as medidas necessárias para combater a discriminação baseada na deficiência, organizando a oferta de materiais, serviços e apoios necessários a qualquer pessoa com deficiência ou limitações físicas, sensoriais, comunicativas e cognitivas. Assim, reconhecendo as características particulares de cada estudante pertencente ao seu quadro de matrícula como algo natural, a escola rompe com a tradicional cultura de um ensino centrado no acúmulo de matérias e de uma avaliação voltada à obtenção de notas, que responsabiliza somente o aluno pelo seu fracasso, desconsiderando os diversos fatores que influenciam no mal desempenho das/os estudantes.

Para superar os desafios de uma educação para a diversidade é necessária uma releitura no campo educacional com vista a "[...] assegurar que os alunos com e sem deficiência possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola" (MITTLER, 2003, p. 25). Essa mudança no contexto escolar supera os muros da escola, pois exige disposição e compromisso de todos os envolvidos no processo de aprendizagem para inovar no currículo corrente, na forma de avaliar, de registrar o conhecimento adquirido pelas/os estudantes e no tempo que necessitam para aprender.

Saiba Mais!

Somente a partir dos Séculos XX e XXI, surgiram documentos legais e normativos, reconhecendo o direito de todos à educação, dentre os quais merecem destaque:

***1988** - Constituição Federativa do Brasil, estabelece, em seu artigo 208, a oferta do "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (terminologia à época) preferencialmente na rede regular de ensino".*

***1994** - Declaração de Salamanca, promovido pela UNESCO, estabelece os princípios que norteariam a construção de sistemas inclusivos para o mundo.*

***1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional definiu a Educação Especial como modalidade de ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os "educandos portadores de necessidades especiais" (terminologia à época).*

O processo educacional das pessoas com deficiência foi marcado pelas questões culturais de cada época e, por essa razão, passou por quatro fases distintas entre si: exclusão, segregação, integração, até chegar à inclusão. (SASSAKI, 1997).

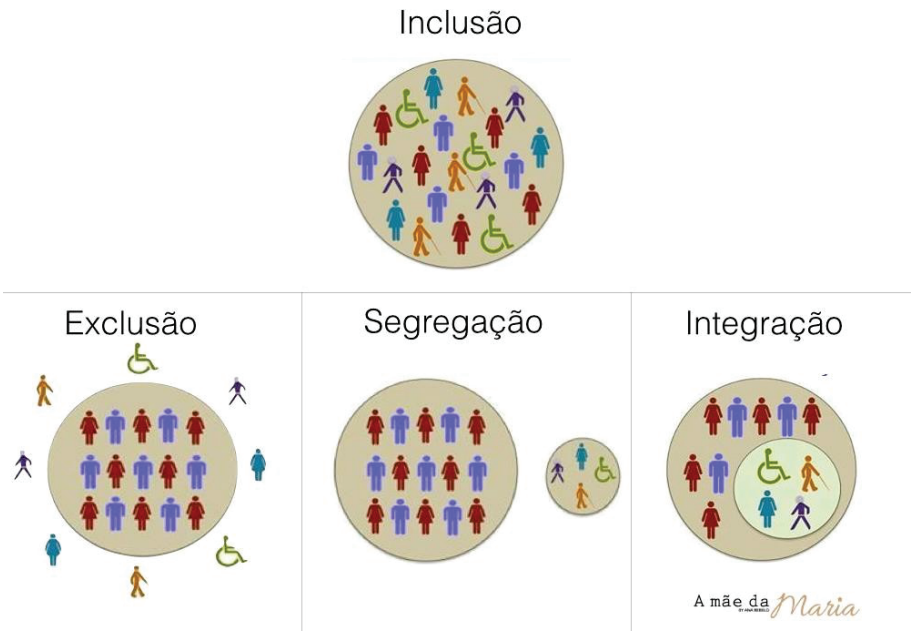
***2006** - Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), Nova York, firmada pelo Brasil em 2007, derivou no primeiro tratado sobre direitos humanos do século XXI, com foco na inclusão social de pessoas com deficiência em várias esferas.*

***2008** - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem por objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.*

***2015** - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.*

Você conseguiria definir cada fase do processo de educação das pessoas com deficiência, a partir da Figura 1?

Figura 1: Fases do processo de educação das pessoas com deficiência



Fonte: http://www.amaedamaria.com/integracao-ou-inclusao/inc2-001/

Depois de refletir sobre a Figura 1, vamos entender melhor como se deu a educação das pessoas com deficiência ao longo da história?

A fase da exclusão foi marcada pela "[...] marginalização ou a rejeição de indivíduos que não correspondem às normas e aos valores dominantes que prevalecem em uma sociedade" (POULIN, 2010, p.18). Na segregação podemos identificar o surgimento de instituições voluntárias religiosas ou filantrópicas para atender às pessoas com deficiência, em alguns casos, excluindo-as totalmente da sociedade e de suas famílias, que não tinham controle sobre a

qualidade dos serviços prestados por essas instituições. Nesse período, o sistema educacional brasileiro cria dois modelos de escolas: a escola regular e a especial, com a mesma finalidade, "[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996).

Na fase da **integração**, iniciada por volta dos anos de 1970, o sistema educacional brasileiro implantou dentro das escolas regulares as chamadas classes especiais para atender crianças e adolescentes com deficiência (SASSAKI, 1997). O objetivo dessas classes era adaptar/adequar os estudantes para encaminhá-los às classes comuns desde que se adaptassem à rotina da escola e demonstrassem potencial acadêmico, identificado pelo bom desempenho nos testes de inteligência.

Figueiredo, Poulin e Gomes (2010) apontam que essa fase quebrou a barreira da exclusão escolar, ao promover uma maior interação entre os professores da escola comum e os alunos com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem, o que resultaria mais tarde na "pedagogia da inclusão". Ainda segundo os autores, a inclusão surgiu somente na segunda metade dos anos de 1980 quando uma pequena parcela da sociedade de

Saiba Mais!

Ao longo da história da educação das pessoas com deficiência, destacaram-se dois modelos de atendimento: o modelo médico da deficiência e modelo social da deficiência.

*Discorrendo sobre o **modelo médico da deficiência**, Sassaki (1997, p. 29) designa que nesse modelo a pessoa com deficiência "precisa ser curada, tratada, reabilitada etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações". Para o autor, esse modelo reproduz a ideia de que a deficiência é um problema exclusivo na pessoa e que "bastaria prover-lhes algum tipo de serviço para solucioná-lo". Nesse contexto, a complexa questão do atendimento às suas necessidades é encarada a partir de uma modificação na deficiência e/ou transtorno por ela apresentado.*

Elaborado pelo sociólogo Paul Hunt (1966) para "debater as limitações sociais vividas por essas pessoas para além das questões autobiográficas e principalmente médicas",

vários países, inspirada no Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começou a discutir a educação das pessoas com deficiência por compreender que a escola precisa se adaptar para atender todas/os as/os estudantes.

Para Sassaki (1997), a democratização do ensino e as políticas públicas educacionais voltadas para o acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola regular ganharam força após a Declaração de Salamanca (1994). No ano de 1994, o Brasil aderiu ao grande desafio de constituir uma escola adequada às necessidades dos alunos, a escola inclusiva, e publicou a Política Nacional da Educação Especial, substituída em 2008 pela Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, apresentada anteriormente.

Podemos então observar que a educação da perspectiva inclusiva possui fundamentos filosóficos, psicológicos e legais que legitimam a presença da/o estudante com deficiência e transtorno do espectro autista na sala de aula comum, uma vez que todos nascemos iguais e com os mesmos direitos. Assim, o direito de convivermos em sala de aula com os nossos semelhantes é um direito natural que decorre do fato de sermos cidadãos.

o modelo social da deficiência *é um instrumento essencialmente político com fins de transformação social que retira do indivíduo a origem das dificuldades e limitações consideradas impeditivas ao desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência e atribui a forma pela qual a sociedade lida com as limitações físicas, intelectuais, sensoriais e múltiplas de cada indivíduo (FRANÇAS, 2013).*

Vamos fazer uma reflexão sobre os caminhos e os desafios da escola na inclusão dos alunos da Educação Especial? Para isso, você vai precisar ler atentamente o caso de ensino a seguir:

DESAFIOS DA ESCOLA NA INCLUSÃO DA/O ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM CASO DE ENSINO

Marcos André tem dezesseis anos, cursa a 1ª série do Ensino Médio, em uma escola pública de tempo integral e apresenta transtorno do espectro autista (TEA). Devido aos atendimentos terapêuticos realizados em instituições especializadas, Marcos André se ausenta da escola em um dos turnos, dois dias durante a semana.

De acordo com a mãe, Marcos André nasceu de parto normal, sua gestação transcorreu sem nenhuma intercorrência e somente por volta de um ano e meio começou a perceber algumas diferenças no desenvolvimento do filho, pois enquanto outras crianças de sua idade já apresentavam um bom repertório de palavras, ele ainda não pronunciava nenhuma. Nessa ocasião, ela procurou um fonoaudiólogo para realizar um exame de audiometria e, a partir desse exame, Marcos André foi encaminhado ao neurologista em razão da suspeita do TEA. Após um longo período de consultas e avaliações médicas veio a confirmação: Marcos André foi diagnosticado com o TEA.

Ainda segundo a mãe, nesse período Marcos André passou a ser acompanhado por fonoaudiólogo, neuropediatra e terapeuta ocupacional e o trabalho desses multiprofissionais da saúde trouxe progressos para seu desenvolvimento físico e intelectual. Dentre os avanços, destacou o andar aos três anos e o falar por volta dos quatro anos, quando iniciou sua vida escolar na rede pública do município de Fortaleza.

Durante sua vida escolar no Ensino Fundamental, Marcos André foi acompanhado por uma profissional de apoio escolar, orientada pela professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a auxiliá-lo nos momentos de higiene, alimentação, locomoção e nas questões relacionadas à sua inclusão no contexto escolar, como estabelecimento da rotina, aceitação de regras e comportamentos adequados na sala de aula.

Entretanto, apesar de ter cumprido a Educação Infantil e os nove anos do Ensino Fundamental em uma escola regular, recebendo os serviços do AEE e

da Profissional de Apoio Escolar, Marcos André obteve poucos avanços nos aspectos cognitivos relacionados às aprendizagens da leitura e da escrita (conhece apenas as letras do seu nome, que escreve sem modelo) e da Matemática (compreende noções simples como relacionar o número à sua quantidade e resolver problemas de adição e subtração sem reserva).

Atualmente, na Sala de Recursos Multifuncionais, a professora do AEE vem realizando ações específicas, visando à superação das dificuldades de comunicação e de interação social de Marcos André por meio da realização de atividades que visam ao desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na sala de aula. Também vem trabalhando com jogos e outros recursos para ampliar aspectos referentes às Funções Executivas2.

Entre as/os professoras/es da sala de aula comum, o fato de Marcos André não possuir os conhecimentos considerados necessários para cursar o Ensino Médio tem gerado muita inquietação. As/os docentes alegam não saberem o que fazer com o estudante em sala de aula porque "ele não dá conta de fazer as atividades propostas e atrapalha os demais alunos devido sua agitação" (SIC) e questionam a professora do AEE sobre quais as melhores estratégias de ensino e de avaliação que podem desenvolver para atender às necessidades de Marcos André e quais tarefas podem ser direcionadas ao estudante.

Durante os encontros pedagógicos, realizados no início do ano letivo, a professora do AEE sugeriu adaptações nas aplicações didáticas para auxiliar o estudante nas aprendizagens e interações sociais. Essas orientações não foram suficientes, pois as/os docentes continuam alegando não saberem fazer essas flexibilizações, devido ao distanciamento entre o nível de aprendizagem do aluno e o conteúdo trabalhado em sala de aula. E, assim, continuam sem fazer quaisquer adequações nas atividades direcionadas ao estudante.

Em um episódio relatado por um dos professores, o aluno questionou se ele não teria uma tarefa mais fácil para ele e diante da resposta negativa do professor, saiu da sala correndo para procurar a profissional de apoio escolar e pedir que fizesse uma "tarefa que soubesse fazer".

2. Funções executivas constituem um conjunto de habilidades fundamentais para o controle consciente e deliberado sobre ações, pensamentos e emoções que possibilitam ao indivíduo tomar decisões com independência e responsabilidade.

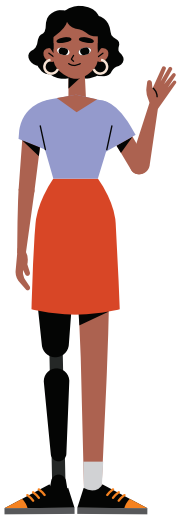
Diante dessa situação, a profissional de apoio escolar que queria ajudar a resolver o conflito do aluno ficou sem saber o que fazer, pois entendia que elaborar atividades não era sua função. Diante dessa situação, resolveu procurar a Professora do AEE, mas ela estava atendendo outro estudante da Educação Especial e tinha pedido para não ser interrompida. Frente a falta de solução para o problema, a profissional começou a refletir: o que a escola poderia fazer para não excluir esse aluno do processo de ensino e aprendizagem, assegurando-lhe o acesso a um ensino inclusivo e de qualidade? Seria o caso de encaminhá-lo para uma instituição especializada no seu tipo de transtorno?

Na interação com Marcos André, a profissional de apoio escolar identificou que se interessava por músicas diversas e pelo futebol e sempre considerou que a escola poderia explorar mais essas potencialidades do estudante, relacionando-as com os conteúdos curriculares. Dessa forma, o processo de escolarização de Marcos André poderia alcançar o desenvolvimento de suas competências leitoras.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

Questões para a discussão do caso de ensino:

1. Qual sua opinião sobre a inclusão desse aluno na escola regular?
2. Na função de profissional de apoio, você já vivenciou situações semelhantes?
3. Onde você buscou conhecimentos para enfrentá-las?
4. Que estratégias você poderia utilizar para ampliar o processo inclusivo desse aluno?
5. Quem você considera que poderia estar à frente desse processo?



A
B C
123...

03 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Para garantir a materialização da educação na perspectiva inclusiva às/aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, assegurando-lhe acesso à formação escolar com qualidade, são necessários:

Figura 2: Recursos e serviços necessários à inclusão escolar de estudantes da Educação Especial

Os recursos e serviços expressos anteriormente estão estabelecidos na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), conforme os objetivos do documento:

- Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino;
- Transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior;
- Oferta do atendimento educacional especializado;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Apesar do tempo decorrido desde a sua publicação em 2008, a proposta de um sistema educacional inclusivo estabelecido no documento ainda produz impasses no cotidiano escolar, que mesmo sendo favorável e reconhecendo os benefícios da educação inclusiva, enfatiza as dificuldades enfrentadas no atendimento às/aos estudantes da Educação Especial e a ausência de políticas públicas que possam subsidiar práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos/as.

Nesse sentido, torna-se relevante o pensamento de Mittler (2003, p. 16) quando aponta que:

> A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.

Diante dessa premissa, cabe destacar que cada estudante é única/o, com sua experiência familiar e trajetória de vida singular. Assim, a escola deve buscar conhecimentos sobre as necessidades específicas de cada uma/um para provê recursos e serviços de apoio que assegurem a participação de todos/as na construção do conhecimento, assegurando, nesse processo, a consolidação de um contexto educacional inclusivo, marcado pelo respeito às diferenças e à diversidade de raça, gênero e orientações sexuais, classes sociais, capacidades intelectuais, limitações físicas, enfim, as mais distintas características individuais.

Nesse contexto, como chamar as pessoas que têm deficiência?

Não são raras na literatura as produções que buscam conceituar o termo deficiência, a exemplo da obra intitulada ***Inclusão: Construindo uma sociedade para todos***, do autor Romeu Kazumi Sassaki, segundo o qual a deficiência é "[...] qualquer restrição ou falta (resultante de um impedimento) da habilidade para desempenhar uma atividade de uma maneira, ou com variância, considerada normal para um ser humano" (SASSAKI, 1997, p. 46).

Buscando amparo na legislação, revelamos o art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que considera a deficiência um "impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade." Assim, a pessoa com deficiência, em contato com as mais diversas barreiras causadas pelo ambiente (físico, econômico ou social), tem limitação ou incapacidade de exercer atividades essenciais e de participar efetivamente na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas (BRASIL, 2015, n.p.).

As mudanças nessa terminologia sucedem as duas Grandes Guerras Mundiais e foram influenciadas pela mídia e pelas lutas contínuas dessas pessoas, que almejavam uma expressão menos excludente, na forma da sociedade nomeá-las. Ao longo do tempo, os termos utilizados para se referir às pessoas com

deficiência surgiram a partir dos diversos modelos de atendimento às suas necessidades, utilizados pelas estruturas governamentais e sociais.

Mas o que fazer com o/a aluno/a? Como identificar suas necessidades específicas? Como acomodá-la/o na sala de aula e promover sua aprendizagem? E, principalmente, como chamá-la/o?

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL[3]

Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático. Os três critérios a seguir devem ser preenchidos:

A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados.
B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade.
C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento (DSM-5, 2014, p.).

3. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARACTERÍSTICAS

As características essenciais da deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) incluem déficits em capacidades mentais genéricas (Critério A) e prejuízo na função adaptativa diária na comparação com indivíduos pareados para idade, gênero e aspectos socioculturais (Critério B). O início ocorre durante o período do desenvolvimento (Critério C). O diagnóstico de deficiência intelectual baseia-se tanto em avaliação clínica quanto em testes padronizados das funções adaptativa e intelectual (DSM-5, 2014, p.).

ALGUMAS MANIFESTAÇÕES

- Atraso no desenvolvimento psicomotor e na linguagem;
- Dificuldade de recepção, memorização e reação aos estímulos visuais, auditivos e táteis;
- Dificuldade para integrar-se ao meio;
- Necessidade de supervisão em atividades de autocuidado (controle de esfíncteres, higiene corporal);
- Aprendizagem lenta, com atraso acentuado no rendimento escolar.

COMO INTERAGIR

- Ser natural;
- Evitar superproteção;
- Não tratar como criança, quando se tratar de uma/um adolescente ou adulto, tratá-la/o como tal;
- Deixar que a/o estudante vivencie suas experiências, mediando só quando for necessário;
- Evitar comparação. O/a estudante só pode ser comparada/o por ela/e mesma/o;
- Ter firmeza de atitudes, tratando-a/o igual às demais estudantes;
- Estabelecer limites de forma positiva;
- Facilitar a interação, estimulando-a a cooperar;
- Estabelecer um ritmo adequado para sua aprendizagem, facilitando sua ação, deixando que o estudante observe, experimente e tente;
- Enaltecer e nunca subestimar suas capacidades;
- Receber na classe comum e no atendimento educacional especializado (sem profissional de apoio escolar).

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA[4]

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Considerando que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo (DSM-5, 2014, 97).

CARACTERÍSTICAS

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. "[...] O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger" (DSM- 5, 2014, 97).

ALGUMAS MANIFESTAÇÕES

- Hipersensibilidade a sons;
- Sono irregular e perturbado;
- Não responde a estímulos do ambiente;
- É indiferente à sua imagem refletida no espelho;
- Comportamentos repetitivos/ irrita-se quando sai da rotina;
- Uso incorreto de pronomes pessoais (substituição do "eu" por "você");
- Dificuldade em organização pessoal e em tarefas diárias;
- Parece não ouvir, em determinadas situações.

4. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

COMO INTERAGIR

- Manter-se calmo e sereno, controlando a ansiedade e o nervosismo;
- Ajude-a/o a integrar-se ao grupo;
- Enalteça suas qualidades sem exigir-lhe em dar mais de si do que consegue dar;
- Não se deixar levar pelas chantagens emocionais;
- Não ceder a acessos de raiva;
- Quando apresentar "birra", espere que este comportamento desapareça, para depois iniciar um diálogo;
- Seja direto e não crítico com a/o estudante;
- Demonstre confiança e amizade;
- Ofereça opções para resolver o problema que se apresenta;
- Receber na classe comum (com profissional de apoio escolar, quando necessário) e no atendimento educacional especializado.

DEFICIÊNCIA FÍSICA

A deficiência física pode ser definida como qualquer alteração, completa ou parcial, de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarrete uma **desvantagem**[5] ou uma **incapacidade**[6] que limita ou impede o desempenho motor de uma determinada pessoa, ocasionando alterações ortopédicas e/ou neurológicas.

Plegia: paralisia completa;
PARESIA: paralisia incompleta.

CARACTERÍSTICAS

- Quadriplegia/Quadriparesia: Quatro membros afetados de forma semelhante;
- Monoplegia/Monoparesia: Acometimento das funções motoras de um único membro;

5. **INCAPACIDADE**: Limitação das atividades, restringindo a participação nos diversos contextos sociais. (CIF).
6. **DESVANTAGEM**: Impedimento resultante de uma deficiência ou incapacidade que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade considerada normal (CID10,1980).

- Hemiplegia/Hemiparesia: Acometimento de um hemicorpo (um lado do corpo);
- Paraplegia/Paraparesia: Acometimento das funções motoras do tronco e membros inferiores – MMII;
- Triplegia/Triparesia: perda das funções motoras em três membros;
- Tetraplegia/Tetraparesia: perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- Amputação: perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
- Nanismo: deficiência acentuada no crescimento;
- Ostomia: intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
- Paralisia Cerebral: lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.

COMO INTERAGIR

- Conscientizar as famílias e comunidades sobre as necessidades específicas da/o estudante para que ela/e seja bem aceita/o sem discriminação em seu meio social.
- Procurar esclarecer no meio escolar sobre a deficiência que ela/e apresenta e o que cada uma/um pode fazer para garantir sua plena participação, permitindo sua participação apesar das restrições físicas.
- Possibilitar a participação da/o estudante nas atividades comunitárias. Informar sobre reuniões, festas e atividades religiosas ou outras de sua preferência.
- Lembrar que a/o estudante com deficiência física pode assumir função de responsabilidade em todos os espaços da escola.
- Oferecer a criança oportunidades de participar em excursões, jogos, teatro, música e outras atividades da escola. Se ela não conseguir tomar parte em brincadeiras muito movimentadas, a/o professora/r deverá providenciar outras atividades alternativas para garantir sua interação.

- Demonstrar sua alegria, quando a/o estudante for bem-sucedida/o, fazendo-a/o sentir-se capaz. Isso servirá de incentivo para que ela/ele faça cada vez melhor.
- Receber na classe comum (com profissional de apoio escolar, quando necessário) e no atendimento educacional especializado.
- Ao falar com uma pessoa em cadeira de rodas, procure ficar de frente e no mesmo nível do seu olhar, sentando-se, por exemplo.
- Pergunte se quer alguma ajuda, dirigindo-se sempre a ele e não ao acompanhante, se for o caso.
- Procurar não agarrar ou apoiar-se na cadeira de rodas.
- Ao ajudar um usuário de cadeira de rodas a descer uma rampa ou um meio--fio, é preferível usar a marcha ré, para evitar que a pessoa se desequilibre e possa cair para frente.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

Vamos fazer uma reflexão sobre o a educação inclusiva e sua efetivação no contexto escolar! Para isso, você vai precisar:

1 - Entrevistar pelo menos uma/um professora/r da sala de aula comum, com a seguinte questão: o que você faz para assegurar o acesso à aprendizagem da/o estudante com deficiência?

2 - Elaborar um relatório[7], apresentando as atividades realizadas durante o período de um mês (a definir), seguindo o modelo no verso:

7. Texto claro, objetivo, coeso e coerente que reúne informações de forma organizada e detalhada sobre o desenvolvimento de um trabalho em um determinado período.

Modelo de Relatório

Escola:		
Nome do(a) Profissional de Apoio:		
Aluno(a):		
Deficiência:	**Ano/Série:**	**Turma:**
Turno:	**Mês:**	**Data:**

3. Observações sobre o Aluno:

4. Aspectos Positivos:
5. Dificuldades Encontradas:
6. Encaminhamentos:

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal / Secretaria Especial de Editorações e Publica- ções, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), 1994.

_____. **Lei 9394/96**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 8 de set. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008**. 2008, p. 14-20. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 8 de set. de 2020.

_____. Presidência da República. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm – Acesso em: 8 de set. de 2020.

_____. SEESP/ GAB. Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010, destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Disponível em: https://inclusaoja.com.br/2011/06/03/profissionais-de-apoio-para-alunos-com-deficiencia-e-tgd-matriculados-nas-escolas-comuns-nota-tecnica- 192010-mecseespgab/

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 27 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica Nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**, de 10 de maio de 2013. p. 07. Disponível em: <http://www.ppd.mppr.mp.br/arquivos/File/NOTATECNICAN055CentrosdeAEE.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto. gov.br/ ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. POULIN, Jean Robert. GOMES, Adriana Leite Limaverde. Novas luzes da educação Inclusiva, Edições UFC, 2010.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, São Paulo, vol.17, n.31, p.59-73. jul/dez. 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1313/showToc. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

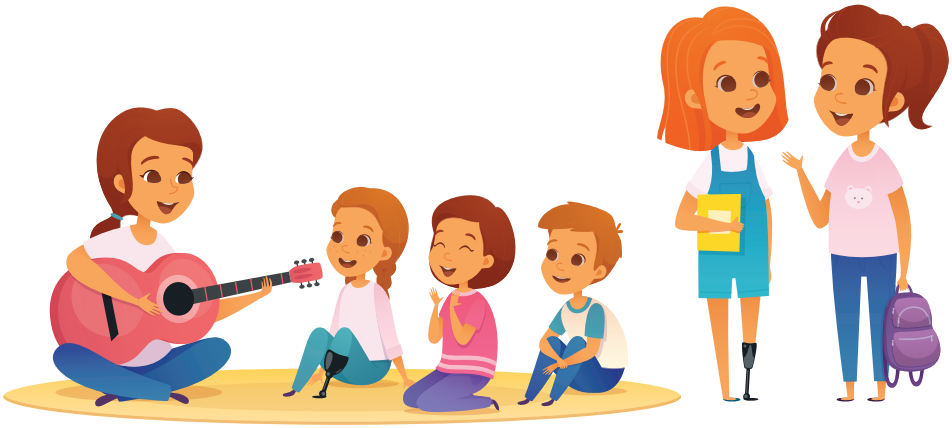
LOPES. M. M. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. 169f. Dissertação (mestrado em Educação) Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MARTINS. S. M. O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial. 168f. Dissertação (mestrado em Educação) Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006. p.48-61.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais: Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p.



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA **EDUCAÇÃO**

CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA **EDUCAÇÃO**

CEARÁ EDUCA